

CIRCULAÇÃO SIMPLES, REPRODUÇÃO AMPLIADA.  
PRODUÇÃO ESPACIAL E CONTRADIÇÃO AGRÁRIO-URBANA DO  
MUNICÍPIO DE ITAPIPOCA, CEARÁ, BRASIL.

ANA CRISTINA MOTA SILVA

PÓS-DOUTORADO – DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – FFLCH-USP.

APRESENTAÇÃO ORAL

EIXO TEMÁTICO: 5. DINÂMICA URBANA

anacrist@usp.br

### Introdução

O início da década de noventa do século XX fundamenta inúmeras mudanças sociais nas comunidades internas ao município de Itapipoca no Ceará, Brasil. O objetivo da pesquisa foi compreender como as mesmas nesta década até os dias atuais, redefinem antigas espacialidades e produzem novas centralidades sócio-espaciais, as quais podem ser identificadas a partir da destituição da propriedade territorial através da fragmentação de fazendas constituídas de antigas terras de sesmarias. A divisão destas fazendas demarca espaço-temporalmente o empobrecimento de antigos proprietários, os conflitos sociais como momentos de expulsão, desapropriação e expropriação da terra, o monopólio da terra e a formação de novos e pequenos proprietários, muitos dos quais já aposentados. Todavia, este processo social de destituição de fazendas institui moradores e posseiros também como novos proprietários. Assim, permite uma maior mobilização financeira destas terras para a *Rua* e a Cidade - Fortaleza - à medida que se passa a investir na compra de imóveis urbanos através destas divisões e, conquanto, venda das terras.

Junto a este momento de mobilização espacial se aprecia a chegada de serviços “urbanos”. Inicialmente tem-se a energia elétrica e em processo de constituição, o encanamento d’água, ambos os serviços advindos do Projeto São José como investimento do Estado do Ceará.

Esse processo social se manifesta também através das terras mobilizadas para a venda, as quais permanecem como as novas terras, adquiridas e compradas. Contudo, imobilizadas pelos novos proprietários. Manifesta-se, porém, ao se compreender que esta mobilização não institui como *continuidade* de um processo social de trabalho na terra o lavrador, mas trata-se da rápida destituição de extensões de terras e fazendas a revelar a crise social desta categoria que se põe na circulação simples de mercadorias na positividade da crítica desta reprodução social.

No entanto, para se compreender aqui os sentidos destas mudanças sociais, apenas as vendas e divisões, como ainda, os pequenos novos proprietários e a constituição de serviços “urbanos”, não seriam suficientes. Para isto é importante a compreensão do movimento de mobilização espacial nestas comunidades e das condições econômico-sociais à medida que a mobilização da propriedade privada da terra se coloca como relação social. Deste modo, as destituições como momentos, instituem a positividade da negação destes conteúdos sociais, isto é, do lavrador que aparece como lavrador-consumidor e parte essencial desse processo social que se efetiva.

É nesse sentido e como realidade efetiva que o aposentado se apresenta. Este se constitui do antigo e novo proprietário de terras, de antigos moradores e posseiros, que, aos poucos, se desvinculam do trabalho na terra a positivar esta mobilização espacial no ir à *Rua*. A *Rua* se coloca como a materialidade que torna possível a relação campo e consumo de mercadorias, cuja mediação revela como movimento e processo o deslocamento e sentido da reprodução social posto nesta mobilização espacial.

Esta negação se estabelece também quando estes momentos de crise e desvinculação da terra positiva o Produto - compra de mercadoria - como negação da Produção - da terra e do roçado para a reprodução social de um trabalho familiar.

Estas famílias aposentadas já reproduzem socialmente uma descendência que se põe como mediadora desta reprodução social à medida que este salário-aposento é dividido na família sob as novas necessidades e consumo de mercadorias.

Em síntese, ao se analisar a circulação simples de mercadorias se evidencia a *ilusão necessária* dos elementos formadores desta e, simultaneamente, a revelação de um consumo como fenômeno sócio-espacial *ausente* e *presente* nestas comunidades, todavia, revela a reprodução ampliada como um processo social acumulativo que já se coloca como crítico ao manifestar a crise dos momentos desta acumulação sob as *descontinuidades* sócio-espaciais imanente aos processos sociais.

#### *RUA E CIDADE. DIMENSÕES DE UM MESMO CONCEITO.*

Aí a gente ia também fazer uma feirinha por ali, mais a feira grande que a gente fazia era na Itapoca mesmo. Conheci a Itapoca com quatro casinha, só era mato e hoje tá uma cidade. Ali nós conhecemos aquela Itapoca ali, com duas casinhas. Só era mato, do lado e outro! Só era mato! A gente ia era poucas pessoas que tinha aqueles negocinho pra vender<sup>1</sup>.

É comum entre os moradores destas comunidades a utilização do termo *Rua* para identificar a mobilização espacial das idas e vindas à Itapipoca - sede municipal. A *Cidade* aparece como um *Conceito* desconhecido e distante<sup>2</sup>, nas lembranças dos parentes, aparece conforme a localização destes moradores e dos vizinhos próximos, alguns destes ausentes do campo. *Cidade* significa também a localização da capital cearense, *Da Fortaleza*, e a expressão da *ordem distante*, a qual se aproxima destes moradores só em casos excepcionais: tratamento de doenças sérias (consultas e exames encaminhados do município); resolução de aposentadorias e muito raramente, em visitas aos parentes. Os parentes *Da Fortaleza* é que se aproximam do campo através das rápidas e breves visitas à família e nas festas da Igreja e feriados: carnaval e semana santa.

Assim, a *Rua* é o que possibilita pensar relações próximas de negócios, de manutenção da casa através das compras mensais - das feiras, dos recebimentos das aposentadorias, das bolsas (escola, família, vale gás) e nas vacinas no posto de saúde 24 horas. A *Rua* significa fragmentação e domínio na vida dos moradores, do dia que se

---

<sup>1</sup> Moradora-posseira. Pesquisa de campo, janeiro de 2006. Comunidade de Nova-Assis. Itapipoca, Ceará.

<sup>2</sup> Não apropriado.

divide, com o movimento dos carros de feira, pelo ir à *Rua*. De modo que, à medida que aumenta a fragmentação das atividades nas pequenas e grandes propriedades das comunidades como um todo e diminui as distâncias entre o morador do campo e a *Rua*, tais moradores têm um maior domínio do dia, espacialidade que se dá em relação à *Rua*. Há trinta anos para se ter acesso à *Rua* demandava um dia inteiro de viagem, uma noite inteira, mediante as distâncias percorridas duramente em animais e muito raramente em carroças, nas estradas intransitáveis. A depoente descreve o significado do *ir à Itapoca*:

*E como é que eles vinham buscar a mamona, o algodão?*

Era em animal, nesse tempo não existia carro, nessa época, andava de pé daqui pra Itapoca, 3 horas da madrugada, o padrinho C., nos ajuntava um bando, todo mundo ia pra Itapoca fazer suas compras, vendia, os patrão comprava aquelas objetos da gente, aí quando era sábado a gente ia fazer a feira, trazia na cabeça<sup>3</sup>.

Atualmente, este mesmo percurso evidencia numa outra dimensão na relação campo-*Rua*, uma maior divisão sócio-espacial do trabalho e das diversas atividades redefinidas pelo dia do ir à *Rua* e, simultaneamente, deixar o campo e suas atividades, momentaneamente, nos meios períodos. Por um lado, apontam a relação entre a fragmentação da vida diária, que não se impõe, necessariamente, pelo tipo de atividade realizada nestas propriedades, ou seja, pelo trabalho realizado nas lavras e da atividade de criar, entretanto, também pelas mediações projetadas e estabelecidas na prática sócio-espacial através do consumo, o qual se realiza através das pensões, das bolsas e do crediamigo<sup>4</sup>, etc. Qual o sentido, então, de se pensar a relação fragmentação e domínio espaço-temporal nestas comunidades colocadas por estes moradores, sem a compreensão do que aparece como resultado das sobras desse tempo - do dia<sup>5</sup> - e que não estão colocadas pelos moradores? E, na medida em que se busca ir além da linearidade desse tempo empregado por eles, do tempo despendido na mobilização espacial campo-*Rua* para fazer um negócio? E que diariamente esta expressão parece sintetizar as relações no campo entre esses moradores, os quais diariamente se movimentam, a produzirem espacialidades, de um lado para o outro, nas feiras e nos carros de feira, como se esse movimento expusesse o que significa estas comunidades

---

<sup>3</sup> Depoimento cedido em pesquisa de campo, janeiro de 2006. Comunidade de Nova-Assis. Itapipoca, Ceará.

<sup>4</sup> São pequenos empréstimos bancários feitos através dos trabalhadores do alugado, donos de bodegas, negociantes de criações e do gado, etc. para os quais se reúnem um número x de pessoas, 4 ou 5 e o fazem. Este empréstimo, enquanto dinheiro circula nas comunidades e na *Rua* e à medida que se consome - gasta o dinheiro, isto é, acaba o empréstimo - se reúnem novamente e realizam o pagamento do empréstimo no banco, de modo que cada membro tenha a sua vez de efetuação deste pagamento. Esse dinheiro consolida pequenos negócios e realiza uma circulação simples de mercadorias a materializar no negócio da troca, espaço e temporalmente, a mobilização do dinheiro a realizar negócios, os quais não podem ser estabelecidos a partir somente do alugado, dos pequenos negócios internos às comunidades, visto que, através de um montante maior (empréstimos no valor de 200,00), os negócios se dão também com maiores frequências e volumes. Esta discussão pode ser melhor compreendida nos escritos posteriores, sobre a aposentadoria. Cabe salientar que neste caso os aposentados se colocam como exceção do *crediamigo*, estes asseguram o salário-aposento para realizar as compras mensais da casa, pagamentos de prestações, contas dos serviços de água e luz, etc.

<sup>5</sup> Aqui se fará uso das expressões (termos): dia, diária, vida diária, vivência, dia a dia, etc. e não cotidiano e cotidianidade. Nestas comunidades se observa uma relação espaço-temporal em que as separações como reprodução das condições materiais nos oferecem ainda dimensões em que as mediações não atravessam plenamente, isto significa pensar que o cotidiano não se estabelece como totalidade social a se realizar como espacialização das abstrações concretas, razão pela qual o dia se coloca como fragmentação e domínio na vida dos moradores e estão presentes como condições pressupostas. Todavia, se compreende como abstrações concretas se pondo sob as mediações das representações sociais (Estado, relações comunitárias, troca, etc.), do consumo, do dinheiro, etc., mas não se espacializando plenamente.

nos dias atuais? Em parte, este movimento está colocado como um dos momentos, contudo, não se poderia deixar de enunciar que esse momento já faz parte de um tempo em que ao se reproduzir, se coloca como crítico, aparece como negação positiva dos elementos da reprodução, das relações sociais de produção em que estes lavradores estão imersos. Portanto, compreender como e porque estas relações mantidas e amadurecidas entre os lavradores, moradores-posseiros e a *Rua*, dimensão exposta nos depoimentos, a fragmentação e domínio do tempo e do espaço nestas comunidades, enquanto, prática social e que apreendida no imediato se coloca como linear, exige em primeiro lugar, que se pense algumas noções que embora ditas e compreendidas como definidoras destas mesmas relações sociais, por si só não são suficientes para se pensar os termos desta reprodução. Esta se apresenta como crítica - ao potencializar os termos do que aparece como imediato, ou seja, afastando-se daquilo que o fenômeno representa, todavia, como negação primeira - em relação aquilo que reúne e forma, *Conceito* que na análise de alguns autores e pesquisadores se tem denominado de *unidade camponesa*<sup>6</sup>. Dito de outro modo, qual o sentido de se pensar estas comunidades através da redução de um tempo social: fragmentado e medido, o qual supera as barreiras espaciais, todavia, sem correr os riscos - o pesquisador - duma permanência da análise da centralidade espacial com relação ao campo e a cidade - relação campo-cidade - que se *confôrma* em se delimitar a função - funcionalidade - desta relação, através de um espaço *eXtendido - ramificado, irradiado, expandido* - e que se traduz no desenvolver dos espaços de circulação, como atributos de uma organização espacial posta - desenvolvida e que aparece como *porvir* de um processo distante de urbanização, no entanto presente? Os termos são outros!

Durante longos anos, especialmente, entre as décadas de 50 e o final dos anos 70, a discussão das *distâncias* e da *localização* dos lugares das pequenas, médias e grandes cidades brasileiras, foi colocada como um desafio a ser pensado pela Geografia. Retomar alguns apontamentos destas décadas aqui aparece como um desses desafios: o de se pensar algo que já foi paulatinamente pensado, escrito e debatido. Estes apontamentos aparecem aqui também como um desvio na/da pesquisa de campo, pois pensar sobre o pensado, nos coloca a condição de superação do próprio pensamento. E não se poderia deixar de expor que esta pesquisa se realiza no município de Itapipoca, cidade que está inserida mediante a leitura de alguns geógrafos contemporâneos, na classificação das *cidades médias*.

Nesse sentido, os atributos da pesquisa são outros, pois no recorte temporal feito, a cidade de Itapipoca só faz sentido de ser pensada na relação com as comunidades em estudo e, de igual modo, as comunidades. Se as noções de *distância* e de *localização* apontam a necessidade deste aposto, fazer-se-á com o objetivo de compreendê-las enquanto limite de interpretação para o que está posto na pesquisa - processo social - e que pensar sobre isto já se coloca como possibilidade de exposição de um processo social, sem de imediato readaptá-lo/adequá-lo com um modelo de pesquisa definido a priori.

Lidar ao longo da pesquisa com os desafios que os *Conceitos* impõem, estes quando partem do objeto pesquisado, se revela como um enfrentar desses pequenos desafios. Portanto, não se poderia deixar de pensar o que está posto!

A Geografia Científica no Brasil nasce concomitante à criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, órgão que nos primeiros anos centralizou a discussão e a pesquisa na Geografia com relação às cidades e, em especial, a Geografia Urbana, nos principais fóruns instituídos no país, dividindo espaço somente com a

---

<sup>6</sup> Posteriormente, esta questão será retomada, faz-se necessário um breve aposto sobre as noções das quais se vinha expondo como mentoras deste processo social.

Universidade de São Paulo, após a criação em 34. No Brasil, as questões relacionadas à constituição do Estado Novo têm grande importância nesse momento e ganham suporte de pesquisa científica, do ponto de vista de um Estado que se coloca como Nacional. Destarte, a realização desta nacionalidade advém do conhecimento das fronteiras nacionais, do estudo de área - com os atributos que os métodos<sup>7</sup> possibilitavam - do estabelecimento da hierarquia de cidades. Em síntese, da análise sobre a organização do espaço, fato que já se constituía nos anos antecedentes e décadas subseqüentes como as pesquisas em evidência, pois se liga a idéia de um desenvolvimento nacional. Esta idéia nasce como necessidade de uma organização espacial que mantivesse a estrutura das cidades que se constituíam espacialmente como parte e conhecimento de um modelo de urbanização - projeção e mobilização espaciais. Esta condição posta como pesquisa e na pesquisa valoriza a Geografia como Ciência Científica, todavia, intervencionista, ou seja, como mentora dos elementos necessários para esta compreensão/organização espacial. Esta análise que se concretiza nos anos 50, a qual valoriza o estudo da região, da cidade e das redes de cidades, etc. estava prontamente definido a partir de uma metodologia de trabalho e de um método de pesquisa, que necessariamente exigiam uma readaptação da realidade em análise, no entanto, não estava somente definindo o processo investigativo, mas num movimento unilateral definia as pesquisas - o que pesquisar - e a interpretação sobre as mesmas.

Porquanto, os anos antecedentes, os quais firmavam a discussão sobre a Geografia dos Transportes, a qual desencadeava nos estudos sobre a Geografia da Circulação, nas pequenas, médias e cidades grandes, não tiveram outro significado senão uma das formas de se compreender os elementos que a posteriori serão desenvolvidos sob as atribuições de redes de cidades, e dito doutro modo, o estudo das Redes Urbanas - método de Rochefort<sup>8</sup>.

Este *ajuste espacial* como modelo de pesquisa - o qual não pode ser confundido com os momentos críticos de crise do capitalismo e a necessidade de superação das barreiras espaciais, na mobilidade de capital e de trabalho, todavia, mobilidades geográficas, evidenciados por Harvey, como categorias da *teoria das crises*<sup>9</sup> - à medida que se aprofundava a Pesquisa Científica no país e, em concomitância, a Geografia brasileira amadurecia questões ligadas ao método de pesquisa, como um dos momentos de atitude do pesquisador diante da definição do objeto pesquisado - em análise - cada vez mais o distanciava da realidade posta e, sempre que, esta distância não se apresentava na pesquisa e análises, então, o modelo de análise teria que ser redefinido, havendo casos em que necessariamente, em oposição ao que estava se revelando como fenômeno sócio-espacial, se redefinía a pesquisa, para não revelar o fenômeno sócio-espacial e isto não através dos recortes espaço-temporais *analítico-regressivos*, que o método possibilita, contudo, a partir das determinações da *diacronia* e *sincronia* que a estrutura de análise determina como fidelidade aos modelos de investigação e a esta

---

<sup>7</sup> Rochefort (1957) método sobre o estudo das redes urbanas; Carruthers e Green (1948), método indireto de estabelecimento da hierarquia urbana; Christaller (1933), método sobre o estabelecimento da hierarquia urbana (n. de telefones).

<sup>8</sup> Cf. ROCHEFORT, Michel. Métodos de Estudo das Rêdes Urbanas. (Interêsse da análise e do setor terciário da população ativa). Boletim Geográfico. São Paulo, n. 160, ano XIX, janeiro-fevereiro de 1961. (p.-3-18).

<sup>9</sup> Cf. HARVEY, David. Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista. 1ª. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1990. 469p

mesma estrutura posta e parte constitutiva destes modelos. Portanto, esta adequação imposta pelos atributos da análise das relações sistêmicas, da metodologia quantitativa e funcionalista, se expunha como um desafio aos pesquisadores. O que pode ser vislumbrado na medida em que ligeiramente se considera os caminhos de análise acima expostos e se questiona a forma pela qual esta consideração é realizada. A partir da década de 60, os estudos sobre o urbano e em particular, sobre a Geografia Urbana, se afirmam - *projeção universal* - depois que se realiza em Lund um simpósio consagrado à Geografia Urbana, o qual contou com a presença de geógrafos brasileiros<sup>10</sup>.

Nice Lecoq Müller (1969)<sup>11</sup>, define duas possibilidades metodológicas de estudo na época, a primeira se refere a análise exaustiva de todos os aspectos do núcleo urbano, isto a partir das monografias. A segunda, a partir das hierarquias de cidades, isto é, se movimenta do regional ao fato urbano. Contudo, sob outra perspectiva e com base na pesquisa realizada, expõe considerações sobre os *modelos* - método de pesquisa - na Geografia e a necessidade de adaptação dos mesmos para a realidade brasileira.

A ampliação do método Rochefort no Brasil apresentou vários inconvenientes, que exigiram certa adaptação. Nossas estatísticas não distinguem a população ativa urbana da rural, tendo-se que aceitar como população urbana ativa a soma resultante dos setores secundário e terciário de atividades, (...) ficando o setor primário como população ativa rural. Evidentemente, é um artifício que não corresponde à realidade, pois, assim como existe um componente primário nas populações ativas urbanas, existe uma parcela de secundário na rural, havendo indústrias que se localizam fora das cidades. Além disso, é se forçado a considerar que a população correspondente aos setores secundário e terciário de cada município está concentrada na sede, quando pode ser bastante representativa a parte que cabe às vilas. Apesar desses inconvenientes, o método vem sendo aplicado, tendo utilidade, pelo menos para apontar problemas de estabelecer hipóteses; em alguns casos, como no do Recôncavo e da zona cacauzeira, algumas discrepâncias foram verificadas, corrigidas a posteriori pelo conhecimento direto das áreas. De qualquer forma, no entanto, estabelece algumas diretrizes prévias, cuja comprovação ou correção fica na dependência da pesquisa direta. (MÜLLER, 1969, p.-295-6).

---

<sup>10</sup> Monteiro (1980) contextualiza momentos importantes da Geografia brasileira, pois o autor parte da gênese, crises e conquistas desta Geografia, ao fazer uma avaliação das condições originárias como ciência que se coloca - constitui - como científica e dos vários períodos desta constituição. Sistematiza as pesquisas e as devidas influências metodológicas de cada momento, pesquisa que se faz a partir de autores, produção, simpósios, congressos, etc. A contar também com a produção geográfica dos principais centros de Ensino e de Pesquisa do país, ou seja, as teses e dissertações defendidas, estas já como materialidade e superação da produção monográfica, difundida nas primeiras épocas e períodos da Geografia brasileira. O autor numa pesquisa miúda e densa sobre a produção geográfica brasileira em anais de institutos e congressos aponta as principais preocupações dos geógrafos, a envolverem os primeiros anos da década de trinta, até final dos anos 70. Recorte temporal que nos dá a dimensão dos momentos de reprodução desta ciência aos de superação. E, isto é feito à medida que a produção científica da ciência geográfica avança, de modo a questionar os principais métodos de análise: a análise quantitativa e sistêmica (método quantitativo) e os limites para a compreensão da realidade brasileira. Cf. Monteiro, Carlos Augusto de Figueiredo. A Geografia no Brasil, (1934-1977). Avaliação e tendências. São Paulo: Instituto de Geografia, 1980. 155p

<sup>11</sup> Cf. MÜLLER, Nice Lecoq. O Fato Urbano na Bacia do Rio Paraíba. Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: Difusão Cultural - (IBGE), 1969. 375p

Diante desta compreensão do método proposto é possível também observar a força que ganha o *Empírico*. Todavia, como elemento de comprovação daquilo que está sendo *confôrmado* como a pesquisa. E não como processo de constituição de *Conceitos* e redefinição dos recortes da pesquisa. A redefinição dos termos da pesquisa se dá quando aquilo que está posto como realidade da mesma não é possível de ser compreendida/apreendida pela proposta metodológica. Acrescenta a autora, a saber:

Na aplicação do método, fomos obrigados a adotar critério pouco diferente do indicado por Rochefort, quando às categorias de atividade que deveriam compor o setor terciário no estabelecimento da hierarquização das cidades. Tal decisão nos foi imposta pelos dados estimativos de 1960, onde não nos era possível isolar o grupo correspondente a atividade militares e de segurança pública, não considerado pelo autor, que, para uniformizar critérios e permitir comparação, incluímos no setor terciário tanto para 1960 quanto para 1950. (MÜLLER, 1969, p.297).

A exposição da autora sobre os modelos de pesquisa e sobre as pesquisas que vêm sendo realizadas neste momento na Geografia é de extrema importância, por dois motivos. O primeiro, por evidenciar os limites impostos pelos modelos de análise. O segundo, por que esta preocupação parte da própria investigação em particular - da pesquisa - como crítica do pesquisador perante o método de pesquisa utilizado e é o que está posto como condição desta investigação. Crítica ausente em muitos outros autores e pesquisas da época<sup>12</sup>, sobre as cidades brasileiras. Brevemente esta crítica ganha outros fóruns na Geografia, pós anos 70.

A autora faz considerações sobre as inconveniências do método de pesquisa e a dificuldade de isolar os dados obtidos na pesquisa para chegar num modelo de análise. Como também expõe a inviabilidade de ampliação do método de Rochefort para São Paulo:

Em relação ao Vale do Paraíba, verificamos, logo, não ser possível adotar os resultados obtidos por Rochefort pela aplicação de seu método para o conjunto do Estado de São Paulo. (MÜLLER, 1969, p.296).

Para esse contexto, as pesquisas têm como tema central o processo de urbanização, como um processo nascente nas diversas cidades brasileiras. O estudo do núcleo urbano revela em essência, uma continuidade dos estudos geográficos que se iniciaram com as pequenas vilas<sup>13</sup>. A compreensão da cidade em expansão contínua se assemelha a idéia de espaço estendido de Descartes<sup>14</sup>. Estes estudos desenvolveram noções tais como a de *função urbana*, ainda atuais nas análises sobre o urbano.

A despeito de Descartes, este constrói um duplo movimento em relação ao conceito de espaço, um que parte das coisas ao pensamento, numa relação ordenada e medida e outro que se movimenta do pensamento as coisas, em que se coloca a tentativa de um caminho de abstração. Ora esse movimento além de fazer coincidir o espaço corpóreo e o espacial como substância fundamental do sistema constituído pelo autor à medida que o espaço se coloca como extensão contínua põe entre parênteses a relação

---

<sup>12</sup> Muito se comenta sobre o método de Christaller, o qual pretende estabelecer a hierarquia urbana de acordo com o número de telefones, presente em vários artigos sobre a Geografia Urbana brasileira, entretanto, pouco se percebe os limites de interpretação postos neste modelo de análise para o estudo das hierarquias urbanas. Rochefort (1957), tece comentários breves sobre este método, todavia, combina ao do estudo sobre as redes de cidades para realizar a pesquisa em particular. Cf. Rochefort (1961). Op. cit.

<sup>13</sup> O *recuo* é bem anterior, antes das vilas, estão as capelinhas como início deste estudo.

<sup>14</sup> Cf. DESCARTES, René. Discurso do Método. In: Os Pensadores. 2ª. ed. São Paulo: Ed. Victor Civita, 1979.

sujeito e objeto, razão pela qual o princípio do pensamento já evidencia a ambigüidade dos termos como distinção formal na compreensão de Lefebvre (1974)<sup>15</sup>. Por sua vez, Descartes tem uma importância significativa com relação à construção do conceito de espaço, principalmente com o surgimento da razão cartesiana, em que este conceito entra no absoluto, de modo que numa das construções de Descartes sobre as considerações do método de investigação, a matemática aparece como a ciência que torna possível a certeza e a evidência<sup>16</sup> dos fenômenos. Assim, esta aproximação da matemática objetivada como um dos caminhos da investigação coincide e é imanente a elaboração cartesiana do espaço como síntese de uma das formas de se compreender o espaço, isto se se apreciar este conceito como extensão nas atribuições do autor.

Neste contexto, a *função urbana* deveria, para o estudo das cidades e da formação das condições urbanas ser devidamente identificada e, por conseguinte, deveriam ser também, nitidamente caracterizadas as funções e necessidades urbanas, Monbeig (1975)<sup>17</sup>.

Na pesquisa sobre o processo de urbanização, a *população* aparece como a questão primeira, não se parte para uma investigação do *Fato Urbano* sem o conhecimento prévio de qual é a população daquele local de pesquisa, esta compreensão permite a caracterização do que seria um núcleo urbano e uma pequena, média e grande cidade, assim, se identificam - as categorias de cidades.

A população é uma das questões e percursos recorrentes nestes estudos, se parte da mesma, todavia, se corre o risco como método científico de uma condução às determinações cada vez mais abstratas e gerais, visto que o conceito de população por princípio já se constitui numa abstração. E, ainda, de se deixar de fora do processo social os conteúdos sociais que desta produção advém. Um dos principais destaques e problemas do método de Rochefort evidenciado por Müller (1969), diz respeito à população, isto é, às diferenças impostas nas pesquisas na configuração de um modelo de pesquisa, sobre a realidade brasileira. Este conceito é analisado por Marx (1997)<sup>18</sup> como um dos conceitos complexos o qual, duplamente, oculta e evidencia fenômenos sociais, razão pela qual aparece como abstração de um processo social, a saber, quando este sintetiza momentos do real a partir das dimensões quantitativas abstraídas, de modo que, a coincidência com o modelo de pesquisa a priori, as mediações necessárias, os níveis abstratos desta produção à proporção que se analisa as determinações do *concreto* pode vir a desviarem e desaparecerem enquanto, processo social. Síntese duma produção espacial das cidades e do urbano a partir também daquilo que se coloca como determinações do concreto - simples, do processo que se constitui. E por que não das práticas agrário-espaciais? Como nos ajuda pensar o autor. O concreto é síntese de múltiplas determinações.

A partir de este primeiro conhecer que a análise exige, se partia para o conhecer destas funções urbanas, por exemplo, que tipo de influência exercia sobre o núcleo urbano principal e os demais núcleos urbanos. Esta identificação só fazia sentido a posteriori, pois, a *função urbana*, enquanto noção representativa a particularizar os princípios da formação de um *Conceito* (pequenas, médias e grandes cidades) tem que possibilitar a criação de um núcleo central, o qual determina as funções exteriores, razão

<sup>15</sup> LEFEBVRE, Henri. La Production de L'espace. 4<sup>a</sup>. ed. Paris: Anthropos. 1974. 485p

<sup>16</sup> Cf. DESCARTES, René. Discurso do Método. In: Os Pensadores. 2<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Ed. Victor Civita, 1979.

<sup>17</sup> Cf. MONBEIG, Pierre. Formação das Funções Urbanas nas Vilas da Orla Pioneira. In: FERNANDES, Florestan (org.). Comunidade e Sociedade no Brasil. Leituras Básicas de Introdução ao Estudo Macro-Sociológico do Brasil. São Paulo: Cia Nacional, 1975. (p.-97-101).

<sup>18</sup> Cf. MARX, Karl. Elementos Fundamentales Para La Crítica de la Economía Política (Grundrisse). 1857-1858. V. I. 17<sup>a</sup>. Ed. México: Siglo Veintiuno, 1997.



pela qual se dá a incorporação dos elementos que constituem naquele momento o formar desta função, ou seja, os atributos espaciais, sob o ponto de vista da *infra-estrutura* espacial. Esse procedimento é identificado com o movimento do todo com as partes, de modo que o ponto principal defina os posteriores, isto foi muito bem pensado para realizar os estudos acima apontados. Esta idéia é genuína à incorporação dos elementos que aparecem espacialmente como fatores determinantes do crescimento das cidades, do urbano, por exemplo, a área central - não enquanto *Centro Histórico e Conceito*, contudo, exclusivamente, como ponto cartesiano - as ramificações que daí advêm, por exemplo, as estradas com as linhas de ligações - *irradiações* -, as quais permitem a concepção de um desenho espacial de uma rede de cidades e, junto a isto, as condições necessárias para se definir a hierarquia urbana, a qual necessariamente impõe o setor populacional como definidor da urbanização, de modo que a composição de tudo isto seja matematicamente reunido para se ter a compreensão da organização espacial como a realização dos elementos de um urbano que se forma, como algo que para ser resultante de um processo de produção espacial exige do pesquisador o conhecer - da área de estudo - desse desenho espacial a priori, em que já se afirmando como representação espacial passa a determinar o quanto de cada *Conceito* é possível vislumbrar na pesquisa. Isto significa dizer que o conhecer - o desenho espacial - está presente como determinação anteposta e posta. Este desenho não necessariamente precisa de um ajuste espacial, este ajuste se dá com a manipulação dos elementos quantitativos, ou seja, não se projeta espacialmente - uma concepção de núcleo urbano - neste tipo de estudo, esta projeção está presente como materialidade de uma produção espacial. A condição necessária aparece quando se faz a reunião daquilo que está posto e do que foi projetado, neste caso, nem sempre os resultados justapostos possibilitam um modelo de análise, como síntese desta (re) união do todo com as partes.

Este seria um dos momentos a considerar, outro, diz respeito aos recortes feitos nestes estudos. A afirmação de que a compreensão do urbano passa pela da cidade em contínua expansão, como a extensão de um espaço cartesiano - Descartes - influenciou particularmente os recortes das pesquisas, visto que é muito presente uma estrutura evolutiva nos mesmos, em que se inicia com a freguesia, depois se analisava a vila e, por último, as cidades *polarizadoras*. Esta análise confunde o processo de pesquisa com o recorte espaço-temporal, o que pode ser pensado da seguinte forma: o *regresso*, o qual se fazia para realizar o estudo, tem sempre como dimensão um *recuo* do tempo longo e este não permite que se parta do presente com uma questão a ser buscada no histórico-espacial com os objetivos do proceder *analítico-regressivo*<sup>19</sup>, percurso que pode ser vislumbrado nos pequenos *recuos* analíticos. Desta forma, o processo de duração - tempo longo - significa unicamente a compreensão do processo espacial estendido e isto, de antemão, nega que se vislumbre observar aquilo que está posto como *descontinuidade* do processo social, como síntese de uma produção espacial. Poder-se-ia discutir o processo de urbanização a partir destas pesquisas sem acompanhar esta expansão - espaço *eXtendido* - pelos quais passaram as cidades brasileiras? Não. O recorte espaço-temporal é a urbanização brasileira como *continente* - *espaço contido*, o qual sintetiza todos os demais períodos e determina uma periodização generalizada, razão pela qual a dupla determinação do processo de produção espacial se coloca como uma determinação abstrata, ao passo que se pode compreender como as *continuidades* do mesmo aparecem como determinação negativa da categoria *descontínua*, movimento que se realiza sem o retorno às determinações simples do processo social de produção espacial.

---

<sup>19</sup> Cf. Lefebvre (1978).

Na análise de Davidovich (1961) em *aspectos do fato urbano no Brasil*, sobre as contribuições de Geiger no que diz respeito à Geografia Urbana brasileira, o fato urbano pode ser identificado do ponto de vista dos principais eventos que dá condições de caracterizar o urbano: o contingente populacional; a industrialização; os critérios político-administrativos de conceituação das cidades brasileiras, como determinante do estudo das origens (categoria urbana); o sítio urbano; a posição<sup>20</sup>, etc. Estes elementos compõem a estrutura para o estudo das redes de cidades e aparecem como inerentes à compreensão do fato urbano. Isto leva à autora as considerações de que:

Conclui-se, pois, que o fato urbano está intimamente relacionado às modificações que se processaram na evolução econômica do Brasil, traduzidas na substituição de um sistema colonial por um sistema nacional. (DAVIDOVICH, 1961, p.27).

No que diz respeito à Geografia Urbana, sob as dimensões do que pode ser entendido como objetivo para análise das cidades. Enfim, dos elementos que o fundam, expõe:

À Geografia Urbana não interessa uma definição absoluta e universal das cidades; estas formas de agrupamento humano não são encaradas como entidades isoladas, mas dentro de um conjunto de relações recíprocas que se estabelecem entre uma cidade e outras cidades ou uma região. (DAVIDOVICH, 1961, p.3).

Dessa forma, aos poucos, vai se confirmando, a importância que tem a busca de se compreender a hierarquia das redes de cidades brasileiras. E a objetivação desta hierarquia está representada na forma sobre a qual as regiões, capitais e vilas, estão sendo analisadas nestes estudos, ao realizar todas as etapas que caracteriza o fato urbano. Há de se convir que os estudos são datados, contudo, estão presentes como análise das cidades brasileiras e como os principais estudos deste período, razão pela qual estes escritos, ao se analisar o recorte espaço-temporal acima exposto, contém uma universalidade. Não que esta apareça como imanente ao movimento que o método possibilita como um movimento que caminha do singular ao particular e universal, pelo contrário, o universal é sinônimo de nacional - *geral*<sup>21</sup>, o que não poderia deixar de coincidir com os elementos impostos e postos nas origens da Pesquisa Científica no Brasil, estas como condições materiais e históricas de um Estado que se constituía e à exigência deste conhecer geográfico em análise.

Por conseguinte, a maioria dos artigos - sobre os quais se comenta - revelam um Brasil que está sendo investigado sob os atributos da organização espacial, esta define os níveis de urbano encontrados em cada produzir. Definem as *categorias* de cidades, as redes de cidades, a partir destes elementos articuladores.

E, com relação à exposição do método utilizado, explica a autora:

No que diz respeito à hierarquia das cidades dentro das redes urbanas, utilizou-se o método introduzido pelo Prof. M. Rochefort, empregando-se os dados sobre população ativa do censo demográfico de 1950 e os dos serviços do censo econômico de 1950. (DAVIDOVICH, 1961, p.3).

Noutros artigos se pode ainda visualizar outras considerações sobre a cidade e a Geografia Urbana:

A cidade aparece como um organismo constituído por uma aglomeração de casas e de indivíduos e compreende um meio físico,

---

<sup>20</sup> Cf. DAVIDOVICH, Fany. Aspectos do Fato Urbano no Brasil. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, n. 2, ano XXXIII, abril-junho de 1961. (p.-3-102).

<sup>21</sup> Esta expressão é usada para explicação dos sentidos da Geografia Urbana no Brasil, a qual aparece como originária da *Geografia Geral*. Cf. Davidovich (1961). Op. cit. p.3

biológico e natural que lhe são peculiares, cujo estudo é o objetivo da Geografia Urbana. (ARBOS, 1946, p.1288)<sup>22</sup>.

A idéia da coisa reunida no espaço é uma interpretação recorrente, como também a compreensão do fato urbano a partir de conceitos que vêm da ciência biológica. *A cidade como ser vivo*<sup>23</sup>; a *Geografia como meio vivo*<sup>24</sup>; *o estudo geográfico de um organismo urbano*<sup>25</sup>. O organismo além de representar o todo organizado, significa também as coisas contidas no espaço. Abaixo, algumas considerações sobre a presença da análise biológica:

As estradas de ferro muitas vezes determinaram no Brasil a ruína de antigas aglomerações da circulação. Antes de serem criadoras de cidades, elas provocaram uma verdadeira hecatombe. Primeiro foi a morte de todos os pequenos portos da costa não servidos pelas vias férreas. Para eles se dirigiam outrora as inúmeras estradas de burros que desciam do interior numa rede de veias miúdas e difusas; as estradas de ferro concentraram toda essa circulação em algumas artérias para os grandes portos (...) (DEFFONTAINES, 1938, p.-146-147)<sup>26</sup>.

A perspectiva da análise evolutiva aparece ainda no instante em que as cidades são pensadas - e, junto, à idéia de organismo, corpo vivo, etc. - a partir da noção de nascimento, crescimento e morte das mesmas, quando para explicar os termos deste *continuum* histórico podem ser identificadas como: cidades de organização urbana precária<sup>27</sup>; cidades *decadentes*<sup>28</sup>; cidades em *gestação* e cidades *mortas*<sup>29</sup>; novas *bocas de sertão*<sup>30</sup>; novas *artérias e feição urbana*<sup>31</sup>. Desse modo, as cidades, segundo a obra de Lavedan, na qual está sintetizada a evolução das cidades, esta compreensão se expõe:

La ville est un être vivant. Comme tout être vivant, elle naît, elle grandit, elle meurt. L' étude des origines, de la croissance et, si il y lieu, du déclin et de la mort de la ville fait l'objet d'une science constituée récemment, l' evolution urbaine. (LAVEDAN, 1936, p.9)<sup>32</sup>.

Já na perspectiva de se compreender o fenômeno urbano a partir do núcleo que se forma, os *embriões*<sup>33</sup> de cidades representam também um desses momentos. Todavia, dada as devidas diferenças ao estudo realizado e as dimensões que têm alcançado no

---

<sup>22</sup> Cf. ARBOS, P. Geografia Urbana. Boletim Geográfico. São Paulo. n. 34, ano III, janeiro, 1946. (p.1288). As considerações acima fazem parte de uma exposição - aula de Geografia Urbana, do mesmo autor.

<sup>23</sup> Esta perspectiva de análise está presente em Pierre Lavedan, autor que influenciou os estudos sobre a cidade e, em específico, a Geografia Urbana, com o livro sobre *Geographie des Villes* (1936). Esta definição vem do artigo do mesmo autor: Cf. Geografia das Cidades. Evolução das Cidades: cidades espontâneas. Boletim Geográfico. São Paulo, n. 36, ano III, março de 1946. (p.-1535-1543).

<sup>24</sup> Cf. MONBEIG, Pierre. A Geografia e o Meio Vivo. Boletim Geográfico, n. 34, ano III, janeiro de 1946. (p.-1267-1269).

<sup>25</sup> Cf. Monbeig (1943).

<sup>26</sup> Cf. DEFFONTAINES, Pierre. Como se Constituiu no Brasil a Rêde de Cidades. Boletim Geográfico, São Paulo, n. 9, ano 59, 1938. (p.-141-148).

<sup>27</sup> Cf. Davidovich (1961).

<sup>28</sup> Cf. Deffontaines (1938).

<sup>29</sup> Cf. DEFFONTAINES, Pierre. Dez anos de Trabalho Geográfico. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, V. VIII, n. 2, abril-junho de 1946. (p.-77-78).

<sup>30</sup> Cf. Monbeig (1943); Deffontaines (1938); Rochefort (1957).

<sup>31</sup> Cf. Davidovich (1961).

<sup>32</sup> Cf. LAVEDAN, Pierre. *Geographie des Villes*. Paris: Librairie Gallimard, 1936. 206p

<sup>33</sup> Cf. AZEVEDO, Aroldo de. Embriões de Cidades Brasileiras. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 25, março de 1957. (p.-31-65).

âmbito das ciências humanas, com *Vilas e Cidades do Brasil Colonial* (1956)<sup>34</sup>, como sendo uma das primeiras pesquisas em Geografia Urbana da época a fazer o percurso das origens e fundações de constituição das vilas e cidades brasileiras. De modo que para o autor, este percurso aparece como um dos objetivos de se compreender a Geografia Urbana:

Para a perfeita compreensão dos fatos da Geografia Urbana brasileira torna-se imprescindível estudar esses embriões de cidades, porque a grande maioria de nossos centros urbanos reflete essa etapa inicial de sua evolução nas origens, no primitivo sítio ou até mesmo na estrutura e na fisionomia atuais. O tema é fascinante, embora complexo, pois o geógrafo não pode limitar-se aos exemplos presentes, sendo obrigado a remontar ao passado, numa tentativa do que pode ser denominado de Geografia Urbana retrospectiva. É que tipos de povoados existem que somente são encontrados no passado; outros tiveram extraordinária importância no Brasil colonial e, embora continuem a existir, pertencem mais ao passado que ao presente; outros, enfim, correspondem a um passado muito próximo ou continuam a representar papel de destaque como embriões de cidades. Daí o apelo às fontes históricas (...) (AZEVEDO, 1957, p.35).

Os *embriões* se constituem também como elementos que internalizam relações antigas a formarem aquilo que se denominou como *centros urbanos* e estão presentes como um desses momentos de naturalização de *Conceitos* e, com isso, das condições históricas. Contudo, a presença de um *passado* na análise do autor é o que diferencia o percurso realizado, pois o mesmo tem a compreensão do objeto a pesquisar, o qual pretende trazê-lo ao presente sob a contribuição das *fontes históricas*. O autor não vislumbra realizar um *reco* histórico, esta dimensão não faz parte da pesquisa como um percurso consciente do caminho metodológico a seguir. Todavia, as questões<sup>35</sup> sobre o método científico estavam, aos poucos, sendo colocadas nos fóruns e debates, no entanto, se pode observar a ausência de estudos sistemáticos sobre o método científico na Geografia brasileira. Contudo, em *embriões de cidades brasileiras* (1957), uma das questões discutidas por Monbeig (1941) no artigo, *o estudo geográfico das cidades*<sup>36</sup>, já compõe à pesquisa de Aroldo de Azevedo, que é o fato de se compreender as cidades a partir das fontes históricas - uma das maneiras de se apropriar do *reco histórico*. Pierre Monbeig não utiliza esta expressão, mas tece comentário sobre a importância de se pesquisar as *origens urbanas no Brasil* e, em especial, a do estudo histórico das cidades a partir dos arquivos. Esta busca de se compreender as relações complexas do passado a partir também do que se materializa como morfologia espacial (povoados, vilas e cidades), está presente na análise de Monbeig, na medida em que a *morfologia urbana não dispensa a genética urbana*, (MONBEIG, 1941, p.16).

Posteriormente, é o que vem a definir algumas pesquisas e *reco*s históricos realizados na Geografia Urbana contemporânea. Entretanto, se deve levar em consideração as diferenças com relação ao método de pesquisa dos períodos antepostos

---

<sup>34</sup> É um dos Estudos mais completos do ponto de vista da Geografia Urbana da época sobre o tema. Estudo que é referência aos demais sobre o urbano e a cidade, no Brasil. Faz parte da apresentação - artigo - do Congresso Internacional de Geografia no Rio de Janeiro de 1956, reformulado e acrescido. Cf. AZEVEDO, Aroldo. Vilas e Cidades do Brasil Colonial. Ensaio de Geografia Urbana Retrospectiva. Boletim n. 28, Geografia, n. 11. FFLCH-USP, São Paulo, 1956. (p.-5-96).

<sup>35</sup> Cf. Monteiro (1980), op. cit.

<sup>36</sup> Cf. MONBEIG, Pierre. O Estudo Geográfico das Cidades. Boletim Geográfico. São Paulo, n. 7, ano I, outubro de 1943. (p.-7-29). Este artigo já havia sido publicado na Revista do Arquivo Municipal, no ano de 1941. (Transcrição no BPG).

para as pesquisas atuais, de modo que, ambos os autores discutidos, não formulam atribuições ao momento analítico *genético-histórico*. A análise presente no percurso da pesquisa tem estes momentos, como momentos que se realizam separadamente: o *analítico-genético* de um lado e as fontes históricas doutro. Todavia, são construções que não podem ser compreendidas somente como evolucionistas e nem tão pouco como histórico-estruturais. Estavam a apontar questões e a constituir um percurso de análise na Geografia Urbana.

Outro aspecto importante que se manifesta nas apreciações de Azevedo sobre o estudo das cidades diz respeito à noção de sítio, isto é, de se buscar as origens no *sítio primitivo*. Este aspecto está presente na Geografia Urbana à medida que aparece como os atributos da formação de um *quadro natural* e dos elementos analíticos de realização da pesquisa científica, Monbeig (1945)<sup>37</sup> e nos estudos geográficos quando o sítio e a localização se colocam como elementos essenciais para a compreensão das cidades, de modo que o autor considera estes elementos como inseparáveis à medida que possuem distinção somente de valorização metodológica Monbeig (1943)<sup>38</sup>

O sítio aparece ainda como noção explicativa para a primeira ocupação urbana a partir dos elementos de formação geológica, isto é, para a “*instalação urbana*”, como se observa abaixo:

O sítio de cidade é geneticamente um pedimento, cujo declive corta em bisel as camadas empinadas da série bodoquena. (VALVERDE, 1972, p.56)<sup>39</sup>

Ao discutir as causas econômicas, políticas e sociais que determinaram a formação da São Paulo como partes constituintes, às condições morfológicas se põem como atravessadas pelas condições históricas postas no início da colonização brasileira, Prado Jr. (1935)<sup>40</sup>. Outra compreensão do sítio urbano pode ser vislumbrada ainda em AB’SÁBER (2007), a seguir:

(...) a expressão sítio *urbano* foi tomada em seu sentido geográfico mais simples, ou seja, o de um pequeno quadro de relevo que efetivamente aloja um organismo urbano. Em outras palavras, ao invés de estudar todos os elementos naturais que, em conjunto, participam da condição de sítio urbano, analisaremos apenas o assoalho topográfico sob o qual se assentou a Metrópole. (AB’SÁBER, 2007, p.15)<sup>41</sup>.

A compreensão da cidade e do urbano a partir dos elementos advindos das ciências biológicas, por um lado, numa análise indutiva coloca o processo social como um meio estruturante e estruturado e ao realizar isto, as noções: funções, forma e estrutura urbanas se subdividem e cada um desses momentos se realiza na perspectiva do *continuum* histórico, todavia, separados e, ao mesmo tempo, como redes de relações daquilo que vai caracterizar as categorias de cidades e do urbano. Este movimento, por um lado, além de instrumentalizar a realização de cada unidade separada, por outro, retira da análise as condições históricas que a constituem. Isto é, o processo social, as

---

<sup>37</sup> Cf. MONBEIG, Pierre. Pesquisas Geográficas. Boletim Geográfico. São Paulo, Ano III, n. 31, outubro de 1945. (p.-915-919).

<sup>38</sup> Cf. MONBEIG, Pierre. O Estudo Geográfico das Cidades. Boletim Geográfico, São Paulo, n. 7, ano I, outubro de 1943. (p.-7-29).

<sup>39</sup> Cf. VALVERDE, Orlando. Fundamentos Geográficos do Planejamento Rural no Município de Corumbá. Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Geografia, n. 1, ano 34, janeiro/março, 1972. (p-49-144).

<sup>40</sup> Cf. PRADO JR. Caio. O Fator Geográfico na Formação e no Desenvolvimento da Cidade de São Paulo. In. Geografias, n. 3, ano I. 1935. (p.-921-931).

<sup>41</sup> Cf. AB’SÁBER, Aziz. Geomorfologia do Sítio Urbano de São Paulo. Ed. Fac-Similar - 50 anos. São Paulo: Ed. Ateliê, 2007. 349p

relações objetivamente constituídas. Cada noção se realiza a revelar uma cidade e um urbano, algumas vezes funcionais, noutras estruturados e formais, de modo que cada elemento passa a representar uma unidade separada, externa e diferente daquilo que se constituía como *Unidade*<sup>42</sup> do processo de produção espacial. Dito de outro modo, na medida em que se naturaliza o modo pelo qual se fundamenta o processo de urbanização, as redes urbanas de cidades passam a ser condição necessária de análise, pois os elementos articuladores possibilitam uma independência - no instante em que os elementos se independem, também se internalizam e a cidade (*espaço metropolitano*) passa a ser compreendida a partir do *intra-urbano* e do *interurbano*, razão pela qual se consolida a noção de metropolização, pensada através da representação e expansão por contigüidade do tecido urbano e sua ramificação em eixos, conforme Geiger (1976)<sup>43</sup>. Todos estes elementos, todavia, em contradição ao processo social, como totalidade social, constituído através das condições econômico-sociais, para não esquecer o caminho metodológico da contribuição da *Ideologia Alemã* de Marx (1845-1846).

O que se observa nestes escritos sobre a cidade, o urbano e a metrópole, esta como representação do processo de metropolização é que se tem como questão central e pressuposto histórico a noção de centralidade, a qual está presente, seja para pensar os *patrimônios*, como uma das condições originárias, como também a *metrópole*. No entanto, esta compreensão separa os elementos que têm formado cada Conceito, na medida em que o centro é o espaço contido - guarda os conteúdos negativos à forma - e a forma é aquilo que possibilita pensar o que se compõe separado do centro a formar um agregado em que as articulações se dão através de premissas exteriores Giannotti (1985)<sup>44</sup>. Isto nos leva a pensar - na indução que o processo impõe - os espaços contíguos, em expansão, as ramificações, todavia, com a centralidade - do ponto de irradiação - do que se irradia, o que nos obriga a investigar sempre sob a linha da projeção no espaço, daquilo que esta consegue produzir, razão pela qual as noções de distância e de localização, partes constitutivas da análise geográfica não perdem a solidez (estrutura) posta nas noções articuladoras.

Logo não poderia deixar de reproduzir aqui a fórmula de centralidade proposta por *Christaller*, reproduzida em muitos dos estudos da época:

A fórmula de centralidade por Christaller,  $Zz = Tz - Ez$ .  $Tg/Eg$ , supõem, evidentemente, que os limites regionais da rede sejam conhecidos porque  $Tz$  representa o número de telefones da cidade,  $Ez$  o número de seus habitantes,  $Tg$  o número de telefones da região e  $Eg$  o número de habitantes da região. (ROCHEFORT, 1957, p.8).

Ao contrário de se pensar a centralidade como *Conceito*, no qual este *Conceito* é pensado como centralidade dialética, como momentos de constituição do urbano e de uma sociedade urbana, em potencial. Em que a Cidade aparece também como crise e revelação dos termos do processo de urbanização. Nesse sentido, aquilo que aparece

---

<sup>42</sup> A noção de Unidade aqui é pensada como a síntese da reunião: forma, função e estrutura. Esta noção é empregada para se pensar a cidade, pois possibilita compreender o movimento de produção do urbano na sua totalidade social, como processo social. É originária do grego, todavia, carrega a forma e o conteúdo do Conceito de totalidade social, comumente utilizado pela dialética marxista para a exposição dos elementos do modo de produção capitalista; também compreendida a partir da dialética hegeliana ao guardar os atributos do ser universal. E, por último, para o estudo do urbano, na constituição dos termos de uma produção espacial e como crítica às fragmentações, separações, divisões, no processo de apreensão do fenômeno sócio-espacial.

<sup>43</sup> Cf. GEIGER, Pedro Pinchas et alii. Considerações Sobre Perspectivas Geográficas do Meio Ambiente Urbano. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, n. 4, ano XXXVIII, outubro-dezembro de 1976. (p.3-21).

<sup>44</sup> Cf. GIANNOTTI, José Arthur. Origens da Dialética do Trabalho. Estudo Sobre a Lógica do Jovem Marx. Rio Grande do Sul: L & P Ed. Ltda, 1985. 265p

acima como "organização espacial" é pensado sob a perspectiva de uma dimensão espaço-temporal, a qual sintetiza nesta *base morfológica* a forma e o conteúdo desta produção espacial de uma sociedade que ao se produzir revela as contradições espaciais deste processo, como momentos de rupturas em contradição ao *continuum* da história, do produzir. Entretanto, seja esta produção advinda dos atributos da industrialização, urbanização e mesmo resultante da metamorfose da mobilização da propriedade privada da terra como renda fundiária, ambos os atributos anteriores sob a determinação da relação *presença-ausência*<sup>45</sup>, produzem, simultaneamente, estas mesmas centralidades, como a negação de uma prática - de um produzir a-crítico - que busca apreender estes mesmos conteúdos através de um desenho circunscrito, de uma organização espacial *eXtendida*, o que revela a impossibilidade deste controle e, ainda, à reprodução de uma Teoria como crítica - negação - destas contradições sociais<sup>46</sup>. Como nos esclarece Henri Lefebvre de que,

La centralidad constituye para nosotros lo esencial del fenómeno urbano, pero una centralidad considerada junto con el movimiento dialéctico que la destruye, que la crea o que la extingue. El hecho de que cualquier punto pueda ser tomado como centro, es lo caracteriza al espacio-tiempo urbano. La centralidad no es indiferente a aquello que reúne, al contrario, necesita un contenido. (LEFEBVRE, 1983, p.122)<sup>47</sup>.

Portanto, o que se observou é uma ausência da compreensão das contradições sociais, de modo que quando as contrariedades se consolidam melhor se visualiza a necessidade de se compreender as cidades, como um processo de produção espacial em que as contradições do espaço se façam presente, como momentos de um movimento desta mesma produção imóvel e, em mobilização, das categorias que o fundamentam. E por que não dos *elementos fundantes*? Análises residuais desta mesma compreensão<sup>48</sup>.

## Bibliografia

ARBOS, P. Geografia Urbana. Boletim Geográfico. São Paulo. n. 34, ano III, janeiro, 1946. (p.1288).

AB'SÁBER, Aziz. Geomorfologia do Sítio Urbano de São Paulo. Ed. Fac-Similar - 50 anos. São Paulo: Ed. Ateliê, 2007. 349p

AZEVEDO, Aroldo. Vilas e Cidades do Brasil Colonial. Ensaio de Geografia Urbana Retrospectiva. Boletim n. 28, Geografia, n. 11. FFLCH-USP, São Paulo, 1956. (p.-5-96).

AZEVEDO, Aroldo de. Embriões de Cidades Brasileiras. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 25, março de 1957. (p.-31-65).

DAVIDOVICH, Fany. Aspectos do Fato Urbano no Brasil. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, n. 2, ano XXXIII, abril-junho de 1961. (p.-3-102).

DEFFONTAINES, Pierre. Como se Constituiu no Brasil a Rêde de Cidades. Boletim Geográfico, São Paulo, n. 9, ano 59, 1938. (p.-141-148).

DEFFONTAINES, Pierre. Dez anos de Trabalho Geográfico. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, V. VIII, n. 2, abril-junho de 1946. (p.-77-78).

DESCARTES, René. Discurso do Método. In: Os Pensadores. 2ª. ed. São Paulo: Ed. Victor Civita, 1979.

GEIGER, Pedro Pinchas et alii. Considerações Sobre Perspectivas Geográficas do Meio Ambiente Urbano. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, n. 4, ano XXXVIII, outubro-dezembro de 1976. (p.-3-21).

GIANNOTTI, José Arthur. Origens da Dialética do Trabalho. Estudo Sobre a Lógica do Jovem Marx. Rio Grande do Sul: L & P Ed. Ltda, 1985. 265p

HARVEY, David. Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista. 1ª. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1990. 469p

LAVEDAN, Pierre. Géographie des Villes. Paris: Librairie Gallimard, 1936. 206p

LEFEBVRE, Henri. La Production de L'espace. 4ª. ed. Paris: Anthropos. 1974. 485p

LEFEBVRE, Henri. La Presencia y la Ausencia. Contribución a la Teoria de las Representaciones. México: Fondo de Cultura Económica, 1983. 276p

LEFEBVRE, Henri. La Revolución Urbana. Madrid: Alianza Editorial, 1983. Trad. Mario Nolla.

MARX, Karl. Elementos Fundamentales Para La Crítica de la Economía Política (Grundrisse). 1857-1858. V. I. 17ª. Ed. México: Siglo Veintiuno, 1997.

MONBEIG, Pierre. Pesquisas Geográficas. Boletim Geográfico. São Paulo, Ano III, n. 31, outubro de 1945. (p.-915-919).

MONBEIG, Pierre. A Geografia e o Meio Vivo. Boletim Geográfico, n. 34, ano III, janeiro de 1946. (p.-1267-1269).

MONBEIG, Pierre. O Estudo Geográfico das Cidades. Boletim Geográfico, São Paulo, n. 7, ano I, outubro de 1943. (p.-7-29).

MONBEIG, Pierre. O Estudo Geográfico das Cidades. Boletim Geográfico. São Paulo, n. 7, ano I, outubro de 1943. (p.-7-29). Este artigo já havia sido publicado na Revista do Arquivo Municipal, no ano de 1941. (Transcrição no BPG).

MONBEIG, Pierre. Formação das Funções Urbanas nas Vilas da Orla Pioneira. In: FERNANDES, Florestan (org.). Comunidade e Sociedade no Brasil. Leituras Básicas de Introdução ao Estudo Macro-Sociológico do Brasil. São Paulo: Cia Nacional, 1975. (p.-97-101).



MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. A Geografia no Brasil, (1934-1977). Avaliação e tendências. São Paulo: Instituto de Geografia, 1980. 155p

MÜLLER, Nice Lecoq. O Fato Urbano na Bacia do Rio Paraíba. Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: Difusão Cultural - (IBGE), 1969. 375p

PRADO JR. Caio. O Fator Geográfico na Formação e no Desenvolvimento da Cidade de São Paulo. In. Geografias, n. 3, ano I. 1935. (p.-921-931).

ROCHEFORT, Michel. Métodos de Estudo das Rêdes Urbanas. (Interêsse da análise e do setor terciário da população ativa). Boletim Geográfico. São Paulo, n. 160, ano XIX, janeiro-fevereiro de 1961. (p.-3-18).

SILVA, Ana Cristina Mota. Memorial. São Paulo. 2007. 116p

SILVA, Ana Cristina Mota. Circulação Simples, Reprodução Ampliada. Produção Espacial e Contradição Agrário-Urbana do Município de Itapipoca, Ceará, Brasil. Pós-doutorado (Geografia Humana). FFLCH-USP. São Paulo, 2008.

VALVERDE, Orlando. Fundamentos Geográficos do Planejamento Rural no Município de Corumbá. Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Geografia, n. 1, ano 34, janeiro/março, 1972. (p-49-144).